

INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOCIAL

Prática e reflexão

VOLUME II

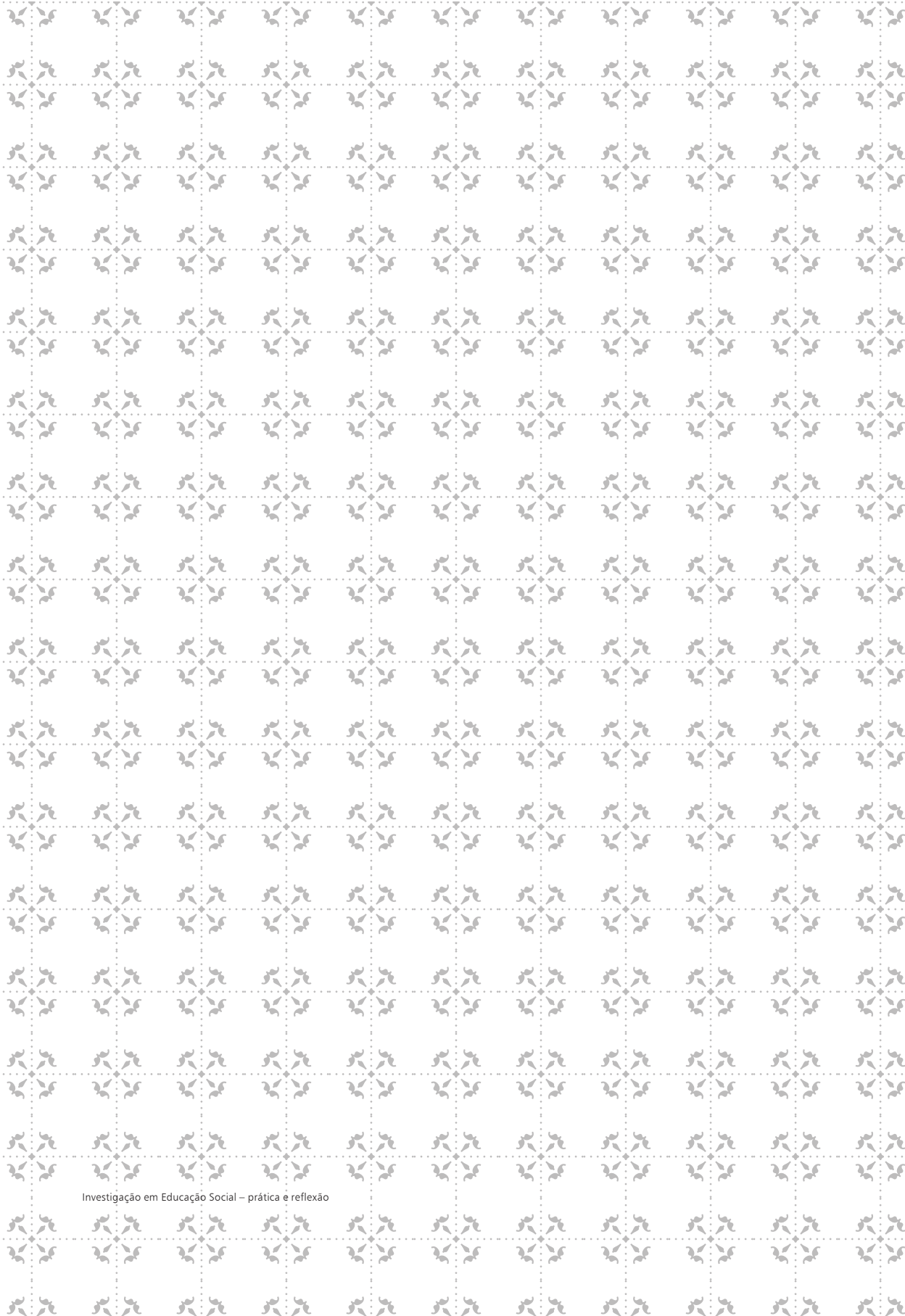
Editores

Rosanna Barros
António Fragoso



UAlg

UNIVERSIDADE DO ALGARVE



Este livro INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOCIAL - PRÁTICA E REFLEXÃO - VOLUME II,
com edição de ROSANNA BARROS e ANTÓNIO FRAGOSO,
Paginação por Miguel Guerreiro,
do Mestrado em Design de Comunicação para Turismo e Cultura, ESEC-UAlg.

Setembro 2021

ISBN: 978-989-9023-11-6



ÍNDICE

PREFÁCIO	
<i>Sílvia Azevedo</i>	9
BREVE NOTA INTRODUTÓRIA	
<i>Rosanna Barros & António Fragoso</i>	15
I PARTE – ASPETOS TEÓRICO-CONCEPTUAIS E ÉTICOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL	
1. CONOCER PARA ACTUAR EN EDUCACIÓN SOCIAL	
Apuntes teóricos y contextuales en clave pedagógica-social	
<i>José Antonio Caride</i>	21
2. INTEGRIDADE PROFISSIONAL E CONHECIMENTO ÉTICO	
<i>Isabel Baptista</i>	37
II PARTE – ASPETOS PRAXIOLÓGICOS DA EDUCAÇÃO SOCIAL - CASOS EMPÍRICOS NO ÂMBITO DO MESTRADO EM EDUCAÇÃO SOCIAL (2014-2018)	
1. Movimentos Sociais Digitais em Portugal: principais resultados de um estudo de caso múltiplo	
<i>Adriana Sousa</i>	47
2. O LUGAR DA EDUCAÇÃO SOCIAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA	
Estudo exploratório na Associação Portuguesa de Apoio à Vítima	
<i>Mónica Pereira & Rosanna Barros</i>	63
3. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA – PERCURSOS DE VIDA DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA NO CONTEXTO FAMILIAR	
<i>Nádia Cera & Sandra Valadas</i>	83
4. EDUCAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO LOCAL: QUE CONTRIBUTOS?	
O Projeto n(d)o Município de Almodôvar	
<i>Ricardo da Palma António & Joaquim do Arco</i>	101
5. O PROCESSO DE TRANSIÇÃO DA VIDA ATIVA PARA A REFORMA	
O caso do concelho de Lagoa no Algarve	
<i>Sandra Generoso & António Fragoso</i>	117

6. CARREIRA, QUOTIDIANO E SABERES PROFISSIONAIS DOS CUIDADORES FORMAIS DE ADULTOS E IDOSOS INSTITUCIONALIZADOS	
<i>Emília Pedro & Rosanna Barros</i>	133
7. ADULTOS MAIS VELHOS, SERVIÇOS E FAMÍLIA	
O triângulo mágico?	
<i>Nilza Macedo & António Fragoso</i>	155
8. IMIGRAÇÃO E ASSOCIATIVISMO	
O Caso da Associação de Ucrânicos do Algarve	
<i>Maria de Fátima Lichtenberg & José González-Monteagudo</i>	169
9. UMA ABORDAGEM À INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL EM MATÉRIA TUTELAR CÍVEL	
<i>Isabel Alexandra Gonçalves</i>	185
CONCLUSÃO: REFLEXÕES A PROPÓSITO DA INVESTIGAÇÃO EM EDUCAÇÃO SOCIAL	
<i>António Fragoso & Rosanna Barros</i>	201

IMIGRAÇÃO E ASSOCIATIVISMO

O Caso da Associação de Ucrânianos do Algarve

MARIA DE FÁTIMA REIS REBOLA LICHTENBERG

JOSÉ GONZÁLEZ-MONTEAGUDO

RESUMO: Este capítulo inscreve-se no domínio temático do associativismo imigrante e tem como objetivo principal analisar a participação associativa de três imigrantes ucranianos, pertencentes à Associação de Ucrânianos do Algarve (AUA). Pretende-se analisar as motivações e os factores estruturais e individuais que levaram ao seu envolvimento associativo bem como compreender o papel que a participação associativa desempenha na vida destes imigrantes, especificamente no que respeita à sua integração na sociedade portuguesa. Os dados foram recolhidos através de três entrevistas semiestruturadas com base em relatos de vida. Os resultados obtidos confirmam que, a convergência entre factores estruturais e individuais influenciam o processo que leva à participação associativa e que o associativismo promove a visibilidade do grupo e a socialização dos imigrantes com a comunidade portuguesa contribuindo para a sua integração social.

PALAVRAS-CHAVE: Associativismo, imigrantes, capital social, integração.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a migração e a mobilidade têm-se generalizado. A globalização económica, os novos meios de transporte, as tecnologias da informação, as redes sociais, as crescentes desigualdades, os conflitos e as guerras conduziram a fluxos migratórios internacionais que afetaram todos os países do mundo. Migrantes, viajantes e estudantes internacionais estão a dar origem a novas formas de mobilidade e interdependência, ao desenvolvimento de empresas transnacionais, ao aumento da diversidade cultural e a formas recentes de cooperação bilateral, regional e global.

Em 2007, as Nações Unidas estimaram que existiam 200 milhões de migrantes internacionais, definidos como pessoas que tinham vivido pelo menos um ano fora do seu país de nascimento. Isto representou cerca de 3% dos 6,5 bilhões de pessoas do mundo (Castles & Miller, 2009, p. 2-7). Esta migração deve ser vista como parte de um fenómeno global, complexo e mutável que implica tanto os que migram como os que recebem migrantes e que transforma as condições sociais e culturais de todos os cidadãos.

Esta pesquisa está situada dentro de uma perspetiva intercultural, como garantia de

uma adequada inclusão e integração social. Vale a pena especificar em que consiste esta abordagem, a fim de diferenciá-la de outros modelos menos inclusivos. É usual diferenciar três perspectivas teórico-práticas sobre migrações e diversidades: assimilacionismo, multiculturalismo e interculturalismo (Besalú, 2002, p. 64-66). O assimilacionismo considera a diversidade cultural um problema e um obstáculo, que tenta resolver, anulando as diferenças (Costa, 2015). Esta perspectiva concebe a diferença cultural como um deficit. O multiculturalismo é definido com base na prioridade dada ao grupo de pertença, a espacialização das diferenças, o reconhecimento do relativismo cultural e a expressão das diferenças no espaço público (Abdallah-Pretceille, 1999, p. 26-28). Levado ao seu extremo, o multiculturalismo leva à fragmentação social e educacional.

O interculturalismo baseia-se no respeito, na igualdade e na tolerância; tem como objetivos “o reconhecimento do pluralismo cultural e o respeito pela identidade de cada cultura; e a construção de uma sociedade plural, mas coesa e democrática” (Besalú, 2002, p. 65). O interculturalismo assume os valores da democracia e da autonomia individual, procura a convergência entre a liberdade pessoal e a lealdade do grupo, promove um mínimo de coesão política e cultural e favorece os processos de mediação cultural (Gimeno, 2001).

Portugal tem vindo a desenvolver nas últimas décadas, após a sua adesão à União Europeia em 1986, políticas e planos para o acolhimento, regularização e integração social dos imigrantes que têm recebido elogios internacionais, como destacado em recentes relatórios das Nações Unidas. Estas políticas estão ligadas a aspetos positivos como a igualdade, a tolerância e a fraternidade. As políticas migratórias têm enfatizado a igualdade de direitos e oportunidades, o diálogo intercultural, a intervenção a nível local e a flexibilidade para se adaptar às novas tendências migratórias (Padilla & França, 2016, p. 37-45). Os planos 2007 e 2010 para a integração dos imigrantes foram duas propostas positivas, que favoreceram a inclusão social, educativa e laboral das comunidades imigrantes (Costa, 2016). A complexidade do fenómeno migratório em Portugal torna necessária a adoção de uma abordagem de investigação em três vertentes, que tenha em conta as dimensões estrutural, intermédia e individual (Góis & Marques, 2018).

“A política de integração dos imigrantes tem por objetivo promover a coesão social, criando condições para que eles possam se beneficiar de condições sociais, económicas e culturais semelhantes ou aproximadas às nacionais, ao mesmo tempo em que procura gerar um sentimento de identificação com a comunidade nacional por meio do estabelecimento de laços de união e da partilha de valores e práticas entre todos os residentes de um determinado território” (Costa, 2015, p. 56). O sucesso das políticas de integração tem relação com três atores centrais: o Estado, os grupos e os indivíduos. A integração depende de uma grande variedade de factores, incluindo as políticas de gestão dos fluxos migratórios, o pluralismo existente na sociedade e a proximidade cultural entre imigrantes e nativos (Costa, 2015, 57).

O modelo intercultural permite superar tanto o impasse da assimilação como as limitações do multiculturalismo, promovendo a interação e o diálogo entre diferentes culturas. Portanto, o modelo intercultural tem muito a contribuir para promover uma integração autêntica, baseada no respeito pelas identidades culturais e na criação de um espaço público compartilhado e

dialogado (Costa, 2015; Besalú, 2002). Neste contexto, a mediação intercultural constitui uma ferramenta fundamental para promover o diálogo, a compreensão, a tolerância, a resolução de conflitos e a convivência pacífica, numa perspetiva de integração dialógica e democrática (Marques, Vieira & Vieira, 2019).

Perante esta realidade, a problemática sobre a qual se delineou a investigação centra-se na análise do processo de participação associativa de imigrantes ucranianos, identificando as motivações e os factores estruturais e individuais que levaram ao seu envolvimento associativo bem como compreender o papel que a participação associativa desempenha na sua vida, especificamente no que respeita à sua integração na sociedade portuguesa.

A imigração ucraniana para Portugal começou nos últimos anos do século XX e cresceu muito rapidamente. Em 1996, havia apenas 71 ucranianos registados em Portugal. Seis anos mais tarde, em 2002, este número tinha subido para 62.448. Em 2014, os ucranianos constituíram a terceira nacionalidade estrangeira em Portugal, atrás apenas do Brasil e de Cabo Verde (Fonseca & Pereira, 2016, p. 179; Brito, 2014).

A comunidade ucraniana em Portugal tem sido objeto de investigação em questões como o trabalho, a habitação, o estatuto legal, a educação, a religião e o acesso aos serviços de saúde (Fonseca & Pereira, 2016, p. 182). Entretanto, uma revisão da literatura parece indicar que o associacionismo não foi estudado.

ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO

Tendo em atenção as questões que orientaram a investigação, analisar o papel da participação associativa na vida dos entrevistados e compreender o processo que conduziu a essa experiência, optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa e orientada pelo paradigma interpretativo, na medida em que se pretende compreender um fenómeno social a partir da perspetiva dos entrevistados (Bogdan & Biklen, 1994). Para isso foi necessário centrar a análise nos seus percursos, numa perspetiva diacrónica desde o início do processo migratório até ao momento atual e dessa forma aceder às suas experiências, à forma como as interpretam e vivenciam.

A escolha dos participantes deveu-se ao facto de serem membros fundadores da AUA e ocuparem lugares de direção o que permitia uma reflexão mais aprofundada sobre o percurso associativo vivido. Inicialmente escolheram-se dois participantes (um homem e uma mulher) com trajetórias idênticas dentro da associação de modo a poder comparar os significados que cada uma atribuía às mesmas experiências. No entanto decidiu-se incluir um terceiro participante com uma trajetória diferente dentro da associação por se entender que seria um contributo enriquecedor na medida em que sendo um caso diferenciado poderia trazer dados pertinentes que enriquecessem a investigação.

Na recolha de dados utilizaram-se três entrevistas semiestruturadas com base em relatos de vida, de imigrantes ucranianos associados da AUA, o que nos permitiu: 1) analisar a situação anterior ao projeto migratório; 2) analisar os seus percursos migratórios desde o momento da decisão de partir até ao momento atual; 3) analisar as suas trajetórias associativas; 4) discutir as implicações da sua participação associativa ao nível da sua integração na sociedade portuguesa. A segunda técnica utilizada na recolha de dados foi a observação de dois eventos tendo-se recorrido à observação participante (Merriam, 2002) e à observação total (Martín, 2009).

A análise dos dados foi indutiva porque não se pretendeu confirmar hipóteses construídas previamente, mas procurou-se compreender um fenómeno social que é a participação associativa sob o ponto de vista individual, sendo as abstrações construídas à medida que os dados recolhidos foram sendo agrupados e analisados (Bogdan & Biklen, 1994).

O resultado final é descritivo e resultante da triangulação dos dados obtidos através dos registos das entrevistas e das anotações pessoais de comportamentos observados.

APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

Igor, Natália e Maria nasceram na Ucrânia no início dos anos 70, chegaram a Portugal com 30 anos, entre 1999 e 2001 no primeiro ciclo migratório. Tinham família constituída quando imigraram e nunca tinham viajado para fora da sua região de origem. No seu país o grau académico dos entrevistados tinha equivalência com as profissões exercidas, situação que perderam no processo de emigração. Os três eram funcionários públicos e trabalhavam na área da educação (professoras) e o entrevistado na área das finanças públicas (economista), papéis tradicionalmente atribuídos ao género, a educação para as mulheres e as finanças para os homens.

As expressões usadas, “uma profissão que vou trabalhar nela no futuro”, “tinha um trabalho bastante bom”, “posso subir bastante”, indicam que os entrevistados estavam bem integrados nas suas profissões, tinham perspectivas futuras de progressão na carreira e gostavam do que faziam, não demonstrando por isso ambições de emigrar apesar de auferirem salários muito baixos.

No entanto, após a independência em 1991, a situação socioeconómica da Ucrânia foi-se deteriorando. A passagem de uma economia fechada, característica dos países socialistas, para uma economia de mercado trouxe problemas sociais e financeiros até aí desconhecidos da população, como o acesso à habitação, à saúde e à educação, que, fortemente custeados pelo Estado no tempo do regime soviético, passaram a ser um encargo para as famílias. A par da falência das infraestruturas sociais surgiu o desemprego, porque muitas fábricas de tecnologia ultrapassada não eram competitivas e encerraram. Também a enorme inflação e a consequente desvalorização da moeda levaram a que muitas famílias não conseguissem fazer face às despesas

mais básicas como no caso de Igor, ou deixassem mesmo de receber salário, como Natália.

Para Igor e Natália a emigração teve uma motivação económica. Para o primeiro tratava-se de evitar a deterioração das suas condições de vida como tornar habitável a casa que comprou e viver independente dos pais; para a segunda as razões prenderam-se com motivos de sobrevivência, como a falta de salário durante dois anos. Motivos diferentes são apresentados por Maria que não revela dificuldades económicas que justificassem a saída do país mas problemas familiares como a violência doméstica a que foi sujeita durante o seu casamento e as dificuldades em começar um novo relacionamento por causa do estigma social de ser uma mulher divorciada.

Apesar de todas as necessidades sentidas a decisão de emigrar não foi de modo algum um processo fácil e nem sempre aceite por toda a família. As ruturas dos laços familiares, sociais e culturais foram muito dolorosas, sobretudo para as entrevistadas que deixaram os seus filhos com outros familiares para se juntarem aos maridos.

A escolha de Portugal como país de destino surgiu da informação de que existiria uma maior facilidade de entrada no mercado de trabalho, em particular ao nível do trabalho informal na construção civil e agricultura, e onde a sociedade, bem como as políticas imigratórias, não demonstravam práticas de rejeição ou expulsão de imigrantes a trabalhar ilegalmente.

As redes de apoio ao seu projeto migratório foram agências de turismo ucranianas, que lhes venderam a custos elevados um visto turístico para o espaço Schengen e a viagem de autocarro. Estas agências controlavam a informação desde o país de origem até ao país de destino assumindo formas de redes de tráfico de imigrantes (Matias, 2004).

Viajaram de autocarro partilhado apenas com outros cidadãos do leste europeu que entravam no Espaço Schengen de forma igualmente irregular. O autocarro simbolizou, em muitas situações, formas de controlo das próprias redes e risco de extorsão de dinheiro e documentos (Matias, 2004). O problema de comunicação, o facto de nunca terem viajado “no mundo livre” deixava estes imigrantes numa situação particularmente vulnerável. Isso mesmo aconteceu com Maria e Natália, que sofreram as vicissitudes de viagens organizadas por redes de tráfico de imigrantes, sendo vítimas de extorsão de dinheiro e deixadas sozinhas a meio da viagem sem qualquer auxílio.

Ao chegar a Portugal, depararam-se com as primeiras dificuldades de ordem prática e emocionais inerentes à sua condição de imigrantes ilegais. A procura de alojamento, de trabalho e as dificuldades de comunicação foram os primeiros desafios que enfrentaram.

Em poucos meses todos obtiveram contratos de trabalho que ao abrigo do Decreto-Lei nº 4/2001 de 10 de janeiro, lhes permitiu residir legalmente em território nacional. Esta relativa facilidade na obtenção do estatuto legal terá a ver com dois factores, as condições do primeiro emprego e as políticas de imigração do país, verificando-se que nenhum foi vítima de exploração laboral, quer por parte de redes mafiosas, quer por parte de patrões portugueses

menos escrupulosos, apesar de Igor e Natália terem sido vítimas de discriminação salarial.

Já estabelecidos e ultrapassadas as primeiras vicissitudes, a Igreja foi o primeiro espaço que Igor e Natália procuraram para conforto espiritual e para alargar as suas redes sociais com outros membros da comunidade ucraniana.

Com a afluência destes novos crentes, a igreja católica portuguesa começou a organizar-se para lhes dar apoio. De acordo com Natália, foi a Igreja católica que deu os primeiros passos na aproximação à comunidade ucraniana revelando aspetos interessantes sobre o papel da igreja católica em Faro na integração e no reforço da identidade cultural desta comunidade, referindo as aulas de português oferecidas pela paróquia de S. Luís e o apoio na manutenção das suas práticas culturais, pois os rituais de celebração são uma faceta fundamental do cristianismo de Leste.

Esta relação de proximidade entre a igreja católica portuguesa e a comunidade de imigrantes da Europa de Leste deve-se, segundo Vilaça (2008), ao facto de os católicos ortodoxos e de rito bizantino terem uma identidade religiosa que os aproxima à Igreja Católica Romana. As afinidades históricas e doutrinárias facilitam a realização de atividades conjuntas e promovem formas de solidariedade que não se observam com outras religiões.

A aproximação entre a igreja católica portuguesa e as comunidades vindas dos países de Leste começou a ter mais expressão a partir de 2003. Nesta época começaram também a surgir jornais em língua russa, o que possibilitou a difusão de notícias e informações sobre as várias comunidades de Leste espalhadas por Portugal, permitindo um maior contacto entre os imigrantes. A ideia de se juntarem numa associação surge numa destas missas em que um grupo de ucranianos, de que faziam parte Igor e Natália, tomaram conhecimento de um movimento de ucranianos de Lisboa que queria fazer uma associação em rede.

Em 2004 o governo português através das autarquias e dos Centros Locais de Apoio aos Imigrantes (CLAI) começou a implementar políticas muito ativas de integração e apoio aos imigrantes. No primeiro projeto realizado pela Câmara de Faro com várias comunidades imigrantes, o grupo de que faziam parte Igor e Natália receberam uma proposta do CLAI para criarem uma associação. No entanto a ajuda para concretizar todo o processo burocrático para constituir a Associação de Ucranianos do Algarve veio da Igreja, através da Irmã Maria Isilda, que os acompanhou em todos os momentos do processo, dando inclusive a sua morada como sede social da Associação.

A influência das instituições políticas e religiosas foram determinantes no nascimento da Associação, o que está de acordo com Schrover e Vermeulen (2005) que dizem que o nível de organização imigrante depende fortemente da configuração do poder político e da estrutura das instituições políticas na sociedade de acolhimento.

A Associação de Ucranianos do Algarve constituiu-se formalmente em abril de 2005 e definiu

como principal objetivo promover a integração dos ucranianos na sociedade portuguesa. No entanto o seu primeiro papel foi o de afirmar os valores e as crenças do grupo numa ação centrada nos associados. Com o tempo a sua ação estendeu-se a outros membros da comunidade ucraniana que não faziam parte da associação, proporcionando apoio assistencial a quem dele necessitava. Por último, o seu papel direcionou-se também para a integração dos associados na sociedade portuguesa, ao promover eventos e debates que proporcionaram conhecimentos sobre Portugal e a cultura portuguesa.

No caso de Igor e Natália, sócios fundadores, a participação associativa decorre de uma estratégia concebida a priori por cada um, no caso de Maria a associação surge por acaso. Igor refere que sempre sentiu necessidade de um espaço de convívio e de uma organização que ajudasse a resolver os problemas com que a comunidade ucraniana se defrontava, dado que a permanência em Portugal seria mais longa do que tinham planeado. Natália também sentiu necessidade de uma organização que prestasse ajuda e assistência aos membros da sua comunidade e, ao mesmo tempo, servisse de ligação entre as autoridades portuguesas e a comunidade ucraniana. Para Maria a possibilidade de ter um emprego como professora na escola para crianças ucranianas foi o que a motivou a entrar para a Associação.

A participação cívica, segundo Verba, Scholzman e Brady (1995) não depende só da vontade do indivíduo, mas orienta-se em torno de duas ordens de fatores: a motivação e a capacidade. Sendo a vontade o que primeiro leva um indivíduo a envolver-se em algo, é necessário que também tenha recursos que levem à sua concretização.

Em relação aos recursos financeiros e porque, até à data da investigação, a Associação só contava com o dinheiro dos seus associados, verifica-se que a partir de 2004 não só os entrevistados, mas uma parte da comunidade ucraniana, já tinham uma situação económica estável que lhes permitia reunir recursos e ter tempo para criar e manter a associação.

A associação, enquanto espaço de socialização, oferece oportunidades de aprendizagem e experiências muito significativas. Neste sentido Igor valoriza as suas aprendizagens, na exigência que a gestão de uma associação implica, pela multiplicidade de funções que um dirigente tem de assumir em simultâneo, pressupondo capacidades comunicacionais e competências sociais para reunir consensos e dar resposta aos problemas que vão surgindo. Refere também como experiências importantes dentro da associação a comunicação com instituições e associações portuguesas e estrangeiras, o que reflete a importância das redes organizacionais para a associação.

Natália refere que a experiência associativa, lhe deu uma maior consciência social, por isso as experiências mais marcantes foram aquelas em que interveio na ajuda aos seus compatriotas em dificuldades, fazendo sobressair o papel da associação como ator social através da oferta de serviços de tradução e mediação, suprimindo necessidades para as quais as instituições oficiais não são suficientes. Desta forma a pertença à associação permite-lhes um relacionamento mais sustentado e fortalecido com as instituições públicas para resolução dos problemas que afetam

a sua comunidade.

Outras experiências referidas como sendo significativas na vida de Maria e Natália foram a participação em festas e celebrações organizadas pela associação porque permitiram a mobilização da comunidade em torno das suas especificidades culturais e ao mesmo tempo promoveram a visibilidade do grupo junto da sociedade portuguesa.

A participação associativa deu-lhes a possibilidade de se relacionarem com portugueses socialmente ativos, que lhes reconhecem o estatuto social e profissional que perderam no processo migratório, abrindo-lhes as portas de um mundo diferente daquele com que tiveram de contactar quando chegaram a Portugal.

Natália e Maria referem a importância do apoio psicológico que o trabalho na associação lhes proporciona. A perda de estatuto social, as ruturas e o isolamento que acompanham o processo migratório são causa de muito sofrimento, por esse motivo a participação associativa deu-lhes visibilidade social e o reconhecimento da comunidade pelo trabalho desempenhado na associação e na escola, contribuindo para o seu equilíbrio emocional.

No entanto as mudanças operadas no seio da própria comunidade e no contexto social e político desde que fundaram a Associação diminuíram os processos mobilizatórios. Por esse motivo Igor revela um discurso desencantado pela falta de vontade participativa por parte dos membros da associação, em contraste com o início em que os associados tinham mais energia para o ativismo e mais necessidade de conviver. Por outro lado Natália refere-se à diminuição dos convites feitos à associação para participar em eventos culturais, apontando os mesmos motivos que Igor, a crise financeira que faz com que muitos associados não disponham de tempo e dinheiro que possam investir na dinamização da associação e a integração bem-sucedida da comunidade ucraniana.

Por outro lado, a integração da comunidade na sociedade portuguesa já não requer tanto investimento por parte das instituições portuguesas como o que se verificou nos primeiros anos da associação, o que está de acordo com Sardinha (2010), que diz que a intensidade dos processos de mobilização associativa está dependente das políticas de imigração, pois se estas favorecem a integração dos imigrantes independentemente das diferenças sociais e culturais que possam existir entre eles e a sociedade de acolhimento, então não haverá grandes razões para os imigrantes acederem a processos mobilizatórios.

Os níveis de integração na sociedade portuguesa apresentados pelos entrevistados são bastante elevados tendo em conta as cinco dimensões chave propostas por Jiménez (2011): o domínio da língua; o local de residência; situação socioeconómica; situação política e vida social.

Analisando cada uma das dimensões mencionadas, verifica-se que o domínio da língua do país de acolhimento é essencial no processo de integração pois permite a interação com a população local, possibilitando o relacionamento social que muitas vezes se traduz na

oportunidade de emprego ou no acesso à cultura e serviços básicos como a saúde, educação ou a justiça. No caso dos três entrevistados verifica-se que dominam razoavelmente bem a língua portuguesa permitindo, entre outras coisas, a Igor estar a criar a própria empresa aproveitando subsídios estatais, a Maria frequentar um curso superior numa universidade portuguesa e a Natália poder usufruir da cultura erudita como frequentar concertos e ler poesia portuguesa.

O tipo de habitação e o local onde residem são aspetos fundamentais para a integração social dos imigrantes tendo em conta o facto de que existe uma relação direta entre o lugar onde um indivíduo vive e a qualidade de vida que essa mesma pessoa apresenta perante a sociedade. Todos residem no centro da cidade, inseridos no meio de bairros portugueses de classe média, sendo que Maria e Igor possuem casa própria que compraram com recurso a crédito bancário e Natália vive num apartamento alugado.

A integração política na sua dimensão formal consiste na obtenção do estatuto legal, considerado um aspeto importante na medida em que vai determinar outras dimensões da integração e no acesso à cidadania. Os três possuem vistos de residência permanentes e gozam dos mesmos direitos sociais e civis que os cidadãos portugueses e pelo tempo que já residem em Portugal podem também requerer a nacionalidade portuguesa.

Em relação ao convívio social com portugueses verifica-se, no caso de Igor e Natália, que ele é feito essencialmente através dos eventos proporcionados pela associação ao contrário de Maria que revela ter um relacionamento mais próximo pois refere ter amigos portugueses que frequentam a sua casa.

No entanto todos eles se sentem parcialmente integrados devido à sua situação profissional pois verifica-se que a situação legal e o domínio da língua portuguesa não geraram descontinuidade nos padrões de ocupação profissional.

Não sentem, atualmente, nenhum tipo de discriminação por parte da sociedade, e têm uma perceção positiva em relação às instituições portuguesas com que têm que interagir, seja através da associação ou pessoalmente, sentindo-se tratados em igualdade de circunstâncias com os cidadãos portugueses. A confiança nas instituições, e a atitude mais ou menos positiva que delas se tem, poderá, ser um indicador de proximidade e de integração sistémica na sociedade portuguesa (Vilaça, 2008).

Apesar dos índices de integração o sentimento de pertença ao país de origem é partilhado pelos três entrevistados sendo a identidade nacional aquela com que melhor se definem.

Os seus relatos remetem-nos para uma questão importante em contexto migratório que é a essencialização da identidade, assumindo esta um carácter permanente e imutável na medida em que se apoiam no passado e na tradição e sempre na expectativa de retorno ao país de origem (Hall 2005). É neste sentido que a associação segue a sua estratégia identitária, o reforço e a manutenção da identidade nacional. No entanto seguindo a lógica de que a identidade é

um processo em constante mutação constatou-se que os entrevistados, a nível individual, já incorporaram elementos referentes à identidade portuguesa dos quais se destaca a gastronomia, hábitos de consumo e de lazer, permitindo uma redefinição identitária que leva Natália a dizer que já se sente cidadã farense e por isso meio portuguesa.

A existência de diferenças nos valores e nas práticas culturais entre portugueses e ucranianos é referida pelos três, no entanto não revelam dificuldades no plano da interação quotidiana, só Igor, quando questionado se tem amigos portugueses, se refere a essas diferenças como um problema na intensidade das relações que estabelece com os portugueses. Por seu lado, Maria tem as melhores impressões acerca dos portugueses, verificando-se que estabeleceu relações mais profundas de amizade. Para Natália o convívio é feito através do seu trabalho na associação onde conhece portugueses com quem gosta de se relacionar, fala da necessidade de estabelecer pontes e construir relações de reciprocidade com a comunidade portuguesa através de projetos culturais conjuntos para aproximar as duas comunidades evidenciando a busca de um reconhecimento público.

Esta necessidade de aceitação por parte da sociedade de acolhimento é importante na medida em que confere liberdade e respeito pela diferença, pois a falta ou recusa de reconhecimento, diz Taylor (1994), podem ser considerados formas de exclusão e de expressão de desigualdades, defendendo o caráter dialógico do processo identitário.

Por outro lado, nas identidades coletivas, de acordo com Apiah (1994) encontramos representações, quer positivas quer negativas, que têm um carácter seletivo na prática do reconhecimento. Neste sentido ao perguntarmos se a associação permitia sócios de outras nacionalidades a resposta foi positiva, mas nenhum deles concorda com isso o que demonstra que esta não é uma questão consensual dentro da Associação. Se por um lado ela promove a defesa da identidade nacional através de estratégias de exibição identitária de forma a obter reconhecimento, por outro lado essa mesma defesa identitária abrange processos de exclusão dos "outros", daqueles que não fazem parte da comunidade, produzindo a alteridade de maneira negativa.

Tendo em atenção os seus relatos no que diz respeito à manutenção da sua identidade nacional e cultural e ao seu nível de integração social na sociedade portuguesa, perguntou-se se pretendiam regressar definitivamente à Ucrânia. A primeira reação foi um silêncio demorado revelador das dificuldades emocionais e práticas que os imigrantes, com tempo de permanência longo no país de destino enfrentam quando pensam no regresso ao país de origem.

Maria e Igor revelam que a estabilidade familiar e a felicidade dos filhos é motivo suficiente para que encarem a vida em Portugal sem prazo. Natália também evoca a necessidade de sustentar e dar uma boa educação aos filhos que vivem na Ucrânia.

Apesar dos filhos serem o primeiro factor invocado para permanecerem, eles vão enunciando outros factores que os fazem ficar, como o agravamento da situação política e económica do

país e o facto de terem adquirido um novo estilo de vida de que sentem falta quando regressam à sua terra dificultando o regresso.

Esta sensação de se repartir entre dois mundos sem pertencer a nenhum é notória na imigração de longa duração. Denys Cuche (1999) atribui este sentimento ao facto de se encontrarem desfasados da evolução cultural do seu país e da sua comunidade e por mais esforços que façam para permanecer fiéis à sua cultura depois de partirem, no regresso aos seus países já não os reconhecem. Talvez por isso a associação seja um espaço que os três entrevistados querem muito preservar pois como diz Maria a Associação “(...) é uma pequena Ucrânia aqui em Portugal”.

CONCLUSÃO

A problemática sobre a qual se delineou a investigação centra-se na compreensão do processo de participação associativa de imigrantes ucranianos, mediante a análise dos factores que condicionaram o envolvimento na associação e das interações entre a ação individual e o contexto social e político envolvente.

Revendo a literatura disponível, Llevot-Calvet e López-Teulón (2018, p. 57) concluem que a participação social e o associativismo dos imigrantes facilitam a integração na sociedade de acolhimento, melhora o envolvimento cívico, contribui para o empoderamento e é um bom meio de satisfazer as necessidades das comunidades imigrantes.

Para compreender os processos que levam à prática associativa há que ter em conta as motivações e os recursos que cada um possui que permitam o envolvimento associativo porque de acordo com Verba, Scholzman e Brady (1995) é a convergência das motivações e dos recursos que cada indivíduo possui que o capacitam para o envolvimento associativo.

Vários foram os motivos indicados pelos entrevistados para a sua participação associativa: ajudar a resolver os problemas da comunidade; criar um espaço de encontro e convívio entre os seus membros; promover a imagem positiva do grupo de pertença e conseguir um emprego. Tendo em consideração as motivações que conduziram ao início e continuidade da participação associativa constata-se que existe uma articulação entre motivos mais individualistas pela procura em satisfazer necessidades individuais como ter um espaço de convívio ou acesso a um emprego, e motivos mais altruístas, traduzidos na preocupação em resolver problemas que afetam a comunidade ucraniana.

Os motivos invocados estão ligados a características pessoais que não sendo expressas nos seus relatos são facilmente perceptíveis, como a consciência da necessidade de esforço individual para o bem-estar coletivo, autoconfiança, disponibilidade para se relacionarem socialmente e convicção para traçar objetivos, sobressaindo assim traços de personalidade que Goleman

(1997) atribui à inteligência emocional.

Em relação aos recursos, verifica-se que à data da entrada na associação, os entrevistados já possuíam uma situação socioeconómica estável que lhes permitia ter tempo e dinheiro para investir na associação.

A influência das instituições políticas e religiosas portuguesas foram determinantes no processo que levou estes imigrantes ao associativismo. Foi com ajuda da igreja católica portuguesa que fundaram a Associação. Ao nível das instituições políticas que influenciaram a continuidade associativa destaca-se o CLAI e a Câmara Municipal de Faro que, em conjunto, promoveram eventos que permitiram o reconhecimento público da Associação e facultaram apoio logístico imprescindível para a vida associativa.

A pertença à associação é percecionada como um recurso que potencia a visibilidade pública da comunidade Ucraniana na sociedade portuguesa, principalmente no que respeita à reprodução da sua identidade nacional e cultural. O trabalho associativo promove a cooperação institucional permitindo-lhes um relacionamento mais sustentado e fortalecido com as instituições públicas e a inserção em redes sociais que estabelecem pontes com a comunidade portuguesa promovendo, dessa forma, a sua integração no meio institucional.

A participação associativa confere-lhes visibilidade social, não só no seio da própria comunidade mas também na sociedade portuguesa, através dos relacionamentos que promove. Os cargos que ocupam dentro das estruturas organizativas conferem-lhes o estatuto profissional que perderam no processo migratório e são ao mesmo tempo um importante estímulo intelectual o que potencia a sua integração social.

A associação sendo um espaço de reprodução da cultura de origem, principalmente pela componente linguística, é também percecionada como um importante refúgio psicossocial que ajuda a ultrapassar o sofrimento causado pelas ruturas e dificuldades de inserção na sociedade portuguesa.

Em síntese, salientamos que a convergência entre os factores individuais e factores estruturais influenciaram reciprocamente o processo que levou Natália, Igor e Maria á participação associativa e que essa participação, através das redes e das interações que promove, é uma importante fonte de capital social contribuindo para a sua integração na sociedade portuguesa.

Portugal tem tido tradicionalmente uma fraca estrutura participativa e associativa. Neste contexto, é importante investigar os factores que dificultam e promovem a participação e o associativismo, particularmente em relação a grupos em risco de exclusão social e cívica, como os imigrantes (Ribeiro, Neves & Menezes, 2016, p. 839). Por esta razão, é essencial conhecer as perspetivas e experiências dos imigrantes, um objetivo sobre o qual a nossa investigação se centrou.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdallah-Preteuille, M. (1999). *L'éducation interculturelle*. Paris: PUF.
- Appiah, K. (1994). *Identidade, Autenticidade, Sobrevivência, Sociedades Multiculturais e Reprodução Social*. In Charles Taylor, *Multiculturalismo. Examinando a política do Reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Besalú, X. (2002). *Diversidad cultural y educación*. Madrid: Síntesis.
- Brito, D. (2014). *Os imigrantes ucranianos e a procura de cuidados de saúde*. (Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa, Instituto de Ciências da Saúde, para obtenção do grau de doutor em Enfermagem Avançada). Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994). *Investigação qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora.
- Castles, S., Miller, M. J. (2009). *The Age of Migration*. London: Palgrave.
- Costa, P. M. (2015). *O interculturalismo político e a integração dos imigrantes: o caso português*. *Política e Sociedade*, (Florianópolis), 14 (30), 56-71.
- Costa, P. M. (2016). *A política portuguesa de integração dos imigrantes: uma análise dos dois primeiros planos de integração*. CEMRI/Universidade Aberta, 31-59. <http://hdl.handle.net/10400.2/5708>
- Cuche, D. (1999). *A noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim de Século Edições, Lda.
- Fonseca, M. L., Pereira, S. (2016). Migration of Ukrainian nationals to Portugal: The visibility of a new migration landscape, in O. Fedyuk & M. Kindler (Eds.). *Ukrainian Migration to the European Union. Lessons from Migration Studies*. Geneva: Springer, 179-192.
- Gimeno, J. (2001). *Educar y convivir en la cultura global*. Madrid: Morata.
- Góis, P., Marques, J. C. (2018) *Retrato de um Portugal migrante: a evolução da emigração, da imigração e do seu estudo nos últimos 40 anos*. e-cadernos CES [Online], 29. Acedido a 30 novembro 2019, in: <http://journals.openedition.org/eces/3307>.
- Goleman, D. (1997). *Inteligência emocional*. Lisboa: Temas e Debates.
- Hall, S. (2003) [1996] Introduction who needs "identity? In Hall, S. Du Gay, P. (ed.) *Questions of cultural identity* (pp. 1-17). London: SAGE.
- Jimenez, T. (2011). *Immigrants in the United States: How Well Are They Integrating into Society?* Migration Policy Institute European University Institute.
- Llevot-Calvet, N., López-Teulón, M. P. (2018). *Asociaciones africanas en Cataluña: Fortalezas y debilidades*. Vivat Academia. Revista de Comunicación, 141, 55-68.
- Marques, J.C., Vieira, A., Vieira, R. (2019). *Migration and integration processes in Portugal: the role of intercultural mediation*. *Journal of Siberian Federal University. Humanities & Social Sciences*, 12(2), 187-205.
- Martín, J. (2009). *Observación Participante: informantes claves y rol del investigador*. Nure Investigación. (42), Departamento de Investigación Fuden.
- Matias, A. (2004). Da Ucrânia a Portugal: *Trajetos migratórios e modalidades de inserção no mercado de trabalho*. *Atelier Migrações e Etnicidades Sociedades Contemporâneas: Reflexividade e Ação*. Atas dos ateliers do Vº Congresso Português de Sociologia. Universidade do Minho
- Merriam, S. (2002). *Qualitative research in practice: examples for discussion and analysis* (1ª Edição). San Francisco: Jossey-Bass. p.3-17.
- Padilla, B., França, T. (2016). *Migration policies and institutional frameworks. Development and evolution in Portugal*. *Comparative Cultural Studies: European and Latin America Perspectives*, 1, 37-52.
- Ribeiro, N., Neves, T., Menezes, I. (2016). *Participação cívica e política de jovens imigrantes e portugueses*. *Análise Social*, 221, 822-849.
- Sardinha, J. (2010). Estratégias identitárias e esquemas de integração: os posicionamentos das associações angolanas, brasileiras e da Europa de Leste em Portugal, in HORTA, Ana Paula Beja (org). *Revista Migrações – Número Temático Associativismo Imigrante*, (6), 59-80. Lisboa: ACIDI.

Schrover, M. & Vermeulen, F. (2005). *Immigrant Organisations*. *Journal of Ethnic and Migration Studies* (31) 5, pp.823-832.

Taylor, C. (1994). *Multiculturalismo: Examinando a Política Do Reconhecimento*. Lisboa: Instituto Piaget.

Vilaça, H. (2008). *Imigração Etnicidade e Religião: O papel das comunidades religiosas na integração dos imigrantes da europa de leste*. Lisboa: ACIDI.

Verba, S. Scholzman, K. Brady, H. (1995). *Voice and Equality: civic voluntarism in American politics*. Cambridge/ London: Harvard University Press.

Fátima Lichtenberg
faylichtenberg@sapo.pt

José González-Monteagudo
Facultad de Educación
Universidad de Sevilla
monteagu@us.es